



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: CORREIO URBANO A5 GERAL
Data: 15 e 16/11/2012

CONCURSO

Magistério: Sintese e Seed discutem convocação

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Sergipe (Sintese) se reuniram com o secretário de Estado da Educação (Seed), Belivaldo Chagas, para discutir prioritariamente sobre a convocação dos professores aprovados no concurso público do magistério, ocorrido este ano para preencher 1.700 vagas.

Estas vagas estão distribuídas em diversas áreas disciplinares de atuação no Ensino Fundamental e Médio que contemplam os 75 municípios sergipanos, cujo objetivo é atender as demandas da falta de docentes em sala de aula, além de fortalecer e qualificar a educação básica do estado.

Yolanda Amaro, uma das professoras aprovadas no concurso nos municípios de Riachuelo e Santa Rosa de Lima, espera esclarecimentos do Estado e não entende os motivos pelos quais ainda os concursados não foram convocados. “Queremos informações sobre o que está ocorrendo em relação aos concursados que ainda não foram convocados para assumir suas funções, porque estão se renovando contratos e um remanejamento de pessoal de um município a outro, além de entendermos o porquê de não chamar todos os 1700 aprovados, conforme o edital. Segundo dados do Sintese, só estão efetivamente trabalhando 835 professores dos 1700. A partir do momento em que há concursados, reincede-se os contratos”.

“Outro problema é que há professores lecionando outras disciplinas diferentes de sua formação acadêmica. Os alunos fizeram o ENEM sem professores, há escolas sem professor, conforme denúncias

de alunos e professores em nosso site. O estado vem tratando estas gravidades com descaso. Só queremos trabalhar porque estudamos muito para passar e reivindicamos nossa vaga. Inclusive há uma audiência marcada no Ministério Público por meio de uma petição que a categoria entrou. Espero conquistar o que é meu por lei”, complementa a professora de português, Yolanda Amaro.

Polyanna Aragão que leciona História também foi aprovada no concurso para ministrar aulas nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Laranjeiras e se indigna com a situação. “Laranjeiras é uma situação frustrante porque todos se dedicaram muito pela aprovação por ser um concurso muito esperado durante nove anos. Foi um erro ter deixado transcorrer por tanto tempo. Inclusive foi feito um termo de ajuste com o **Ministério Público** que obrigou o Estado a suprir estas vagas que estavam faltando. O concursado deve ser chamado porque isso consta na Lei de Diretrizes e Bases. O estado alega que está sem recursos, mas temos que assumir a nossa vaga por direito. A categoria quer compreender quais são os obstáculos para a contratação imediata.

A presidente do Sintese, Ângela Melo, também compareceu à reunião para aprofundar a discussão não só da convocação dos docentes aprovados no concurso por questões pedagógicas como também o reajuste do piso salarial da categoria de 22,22% que ainda não foi deferido.

“Há as pautas sobre a questão do concurso e a do reajuste salarial dos professores da rede estadual porque a rede do ensino precisa ser organizada. Precisamos

saber da Secretaria da Educação como está se encaminhando esse processo de lotação e como ela está trabalhando. Vamos discutir a manutenção dos contratos porque não faz sentido o estado fazer um concurso e ter excesso de professores em sala de aula e manter contratos na rede. O piso salarial é outra pauta importante neste encontro, porque é preciso saber como o governo está encaminhando esta discussão feita com os professores e a Assembleia e porque o piso ainda não foi implementado na rede”, explica Ângela Melo.

• Seed

O secretário de Estado da Educação, Belivaldo Chagas, esclarece detalhes sobre o processo de nomeação dos docentes aprovados no último concurso público. “Foi feito um concurso que tem um pouco mais de quatro ou cinco meses da sua homologação para 1700 vagas. Já lotamos nas escolas mais da metade deste pessoal. O concurso tem validade de dois anos. Não estamos atrasados na convocação. O objetivo do governo é acelerar ao máximo este processo”.

“No entanto, o problema na perícia médica porque não há condições de avaliar, por exemplo, 50 ou 100 professores em um dia, mas já contamos com o apoio dos médicos do Hospital da Polícia Militar juntamente com a perícia médica. Será feito um agendamento para fazer a lotação dos professores. Hoje há um universo de 378 escolas com quase 2000 professores para atender um total de 200.000 alunos, mas a intenção é suprir estas necessidades que surgem”, finaliza o secretário.